

Mobilização e narrativas populares contra a mineração em Portugal: o caso da dragagem de estanho (1914-1974)

Pedro G. Silva

Introdução

Ao longo do século XX, sobretudo antes e depois do período de regime ditatorial (1926-1974), o espaço rural português foi palco de grande quantidade de conflitos socioambientais motivados pela atividade mineira, tendo, em diversas circunstâncias, alimentado mobilizações coletivas de intrincada complexidade. Estes movimentos contra a atuação das empresas mineiras envolveram as comunidades e forças políticas locais em processos que evidenciam dinâmicas do tecido social e capacidades de organização intersectorial e socialmente transversal (Guimarães, 2013). Omnipresente nesta conflitualidade encontrava-se a necessidade de manter o controlo sobre a riqueza fundiária, ameaçada pela atividade mineira (Perez-Cebada, 2014; Silva, 2013). Neste capítulo serão analisados dois casos de conflitualidade socioambiental em Portugal, ambos tendo como pano de fundo os protestos da população local contra a exploração de estanho a céu-aberto através de dragagem. Os dois conflitos abertos, separados por 50 anos, ocorreram entre 1923 e 1926, na secção do vale do Mondego que atravessa o município da Guarda, e entre 1974 e 1980, no vale da ribeira da Gaia, no concelho de Belmonte, a cerca de 30 kms do local onde tinha ocorrido o primeiro conflito (Figura 1). Apesar da distância temporal e do facto de não haver indícios de que os participantes no movimento mais recente tenham tido qualquer conhecimento do conflito ocorrido no Mondego na década de 1920, as similaridades nos vocabulários de protesto (Guha, 1990) entre ambos são evidentes. O nosso objetivo é comparar os discursos propalados pelos contendores nesses dois momentos, explorando o protagonismo do meio ambiente e da base ecológica que assegurava a produção agrária na retórica antimineira.

Para além dos conflitos laborais e de classe gerados no quadro da organização das relações de produção da atividade extrativa, os contextos mineiros foram e são palco habitual de confronto entre empresas e outros atores locais, particularmente quando o acesso aos recursos ecológicos que sustentam práticas produtivas e estruturas sociais locais é posto em causa pela indústria mineira (Evans, Goodman, & Lansbury, 2002; Gedicks, 1993; Peluso & Watts, 2001). A história da indústria moderna é pródiga em conflitos que opõem interesses mineiros e agrários, sejam os contendores oriundos das franjas mais humildes do campesinato (MacMillan, 1995; Silva, 2013; Vilar, 1998; Vitorino, 2000), sejam das elites agrárias (DeWind, 1987; Guimarães, 2001). Na base desta conflitualidade, está a apropriação e, por vezes, a destruição pela indústria mineira, frequentemente cotejada por um quadro legal favorável, de recursos fundiários, hídricos ou florestais em prejuízo do interesse do setor agrícola.

Figura 1. Localização dos vales da Gaia, do Mondego e Freguesia de Pega.



No caso português, o conflito e as interdependências entre a iniciativa industrial mineira e os interesses ligados ao setor agrário e ao campesinato não escaparam a Guimarães (2001), que estudou em detalhe as condições formais e informais que acompanharam as mobilizações sociais durante o estabelecimento da mineração industrial no Alentejo. Tal conflitualidade emerge tanto da questão da regulação salarial e das relações de trabalho como da apropriação pelos interesses da exploração mineira dos recursos ambientais.

A partir da segunda metade do século XIX, a instalação da indústria mineira em Portugal foi acompanhada de episódios de conflitualidade entre os setores agrários locais e os consórcios mineiros (Guimarães, 2001, 2003). Na origem de ações de protesto popular, muitas vezes marcadas por explosões de violência e ludismo (Vitorino, 2000), encontravam-se os efeitos de depredação ambiental e da destruição de recursos que eram a base da economia e do sustento das populações em torno das minas (Silva, 2013). Assim, o protesto e a resistência podem ser entendidos no quadro da reação do campesinato, dos proprietários e mesmo de empresários agrícolas a uma desvalorização dos interesses agrários relativamente aos das empresas mineiras (Guimarães, 2001). O pensamento liberal que alicerçou as políticas de desenvolvimento desde os meados do século XIX esteve na base de uma legislação que garantia poder acrescido aos promotores da atividade extrativa (Pérez-Cebada, 2014). A conflitualidade entre projetos mineiros e a agricultura espelhava, desta feita, o paradoxo entre a fé positivista e liberal no progresso industrial e os desígnios de desenvolvimento da atividade agrícola.

Os conflitos nos vales do Mondego e da Gaia

Apesar de distantes meio século e 30 quilómetros, os conflitos ocorridos nos vales da Gaia e do Mondego tiveram uma motivação comum: a ameaça de destruição de terrenos com elevado valor agrícola pelo método de exploração mineira empregue, a dragagem. No vale da Gaia, estendido no limiar dos concelhos de Belmonte e da Guarda, os protestos eclodiram quando um grupo de seis proprietários locais se recusou, em 1974, a permitir a entrada da draga numa faixa de três hectares de hortas e olivais contíguos à aldeia da Gaia¹. A empresa mineira, Dramin, um consórcio português, brasileiro e norte-americano², vinha explorando os depósitos aluviais de estanho desde

1969, usando para o efeito a draga que uma empresa utilizara anteriormente (Figura 2). Essa companhia, a Portuguese-American Tin Company (PATC), dragou o vale entre 1914 e 1949, tendo encerrado a atividade em 1963. Nesse período, praticamente toda a extensão do vale da ribeira da Gaia foi objeto de uma primeira exploração, tendo a draga destruído as culturas, os sistemas de irrigação e o coberto vegetal, alterando também a composição do solo, tornando-o improdutivo (Silva, 2013). À medida que os proprietários recuperavam a posse das terras, uma vez que a PATC celebrava contratos de arrendamento, alguns, à custa de grande esforço físico, conseguiram recuperar parcialmente a capacidade agrícola das suas parcelas. No entanto, a maior parte da superfície fundiária, outrora fértil extensão aluvial, manteve-se estéril até à década de 1970, num amontoado de areia e pedras³. A devastação provocada pela primeira dragagem da PATC afetou praticamente todo o vale, com a exceção das parcelas junto à aldeia. Foram, precisamente, esses terrenos que a empresa norte-americana decidira respeitar que clamavam, em 1974, pela atenção da Dramin.

Tratava-se dos únicos chãos representativos do que fora o vale antes da chegada da atividade mineira.

Figura 2. A draga em pleno labor no vale da Gaia (circa 1970).



Fonte: Fotografia gentilmente cedida por José Leal da Costa.

O grupo de proprietários minifundiários afetados pela draga organizou-se e, imediatamente após a Revolução de 1974, encetou um processo de captação de aliados políticos, sobretudo junto de forças associadas à esquerda revolucionária e de organismos de Estado e do Governo para impedir a exploração mineira daquelas parcelas. Paralelamente, este grupo de proprietários foi mobilizando outros apoios junto da comunidade e dos poderes locais, dando maior dimensão e visibilidade às suas ações de protesto público. O que começara com reuniões conspirativas entre os proprietários na intimidade das suas adegas, cedo se transformou num processo de oposição aberta e pública à empresa mineira. Logo em outubro de 1974, acontecia a primeira assembleia popular na escola da aldeia, que contou com a presença da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Belmonte (Silva, 2013). A partir daí, o movimento ganhava fôlego com a adesão de apoios na comunidade (a Gaia tinha, então, quase 200 habitantes), com a disseminação da causa nos jornais locais e com o aumento dos apoios institucionais e políticos. Durante o período de transição de regime, por muitos considerado o período de crise do Estado (Cerezales, 2003; Rezola, 2008), entre 1974 e 1976, o movimento que floresceu na Gaia fez uso de um conjunto de repertórios de protesto baseados na manifestação aberta do descontentamento, frequentemente, através de ações coletivas na praça pública, manifestações que eram vedadas, anteriormente, pelo regime ditatorial deposto. Além deste repertório recheado de assembleias populares, deslocções em comitiva a organismos do Estado em Lisboa, a aquartelamentos militares da região, a autoridades municipais de Belmonte e à sede social da Dramin, na Covilhã, o movimento procurou constantemente cooptar aliados na esfera política e organismos do Estado. A emergência e consolidação do movimento contra a exploração mineira na Gaia fez-se, também, num contexto político e ideológico francamente favorável à organização de manifestações de base popular, ou não estivesse a agenda dos executivos governamentais provisórios fortemente apostada no favorecimento de ações de democracia direta e de apoio a reivindicações populares (Cerezales, 2003; Silva, 2014).

Interessada em resgatar a população rural a décadas de obscurantismo, silenciamento, apatia política e subordinação, a agenda revolucionária, em particular durante os primeiros cinco governos provisórios, tinha como compromisso patrocinar os protestos de coletivos rurais, sobretudo quando

eram dirigidos contra forças hegemónicas. Assim se entende o apoio concedido por agentes tão variados como a Secretaria de Estado da Agricultura (SEA), a Secretaria de Estado da Reestruturação Agrária, o Ministério da Agricultura e Pescas, a Secretaria de Estado do Ambiente, o Partido Comunista Português, o Movimento Democrático Português (MDP-CDE), a Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), o Movimento das Forças Armadas (MFA), a Comissão Administrativa do município de Belmonte, etc. (Silva, 2013).

O movimento antidragagem da Gaia teve, nos finais de 1974 e durante os primeiros três trimestres de 1975, o seu ponto alto, beneficiando do alinhamento de um conjunto de oportunidades políticas favoráveis à afirmação da vontade popular e à defesa dos recursos de base fundiária de elevado interesse agrícola. No entanto, após o 25 de novembro de 1975, coincidindo com o abrandamento do ímpeto progressista da Revolução, as oportunidades políticas começaram a recuar, permanecendo, após 1977, a Comissão Nacional do Ambiente (CNA) como o principal e derradeiro aliado dos proprietários da Gaia contra a dragagem. De facto, o ano de 1975 foi decisivamente favorável aos proprietários dos terrenos, como resultado da aprovação de legislação inovadora no campo da regulação do acesso e aproveitamento dos recursos agrários. Nesse ano foram promulgados os decretos-lei 356/75 e 357/75 que asseguraram a proteção de solos de elevado potencial agrícola, impedindo o seu aproveitamento para outros fins. Estes diplomas acabaram por amparar legalmente as pretensões dos contestatários da exploração mineira no vale da Gaia até à sua revogação, em 1979, através do Decreto-lei 36/79 pelo executivo do IV Governo Constitucional liderado por Mota Pinto (que abriu o caminho à declaração de utilidade pública e expropriação pelo despacho 211/79) (Silva, 2013, pp. 383-385).

O conflito, que começara a ser desenhado na intimidade das adegas dos proprietários, antes de sair para as ruas e praças da aldeia, terminou tal como havia começado, na privacidade das negociações com a Dramin, em 1980. Destituídos do suporte legal e enfrentando a possibilidade de expropriação das suas terras por utilidade pública, os proprietários acabaram por aceitar os termos de negociação da Dramin. Do lado da empresa, apesar de já não se encontrar constrangida pelas limitações legais à dragagem, os custos envolvidos com o

tempo de execução das expropriações, também com riscos de protelamento judicial, levou-a a negociar. Os terrenos acabaram por ser dragados.

Apesar do repertório envolver manifestações em espaços públicos, assembleias populares e outras ações de índole coletiva, além de deslocações e audiências junto de autoridades e organismos públicos, sem esquecer a presença na imprensa escrita regional, o expediente de protesto mais utilizado e durante mais tempo foi o envio de cartas e abaixo-assinados. Um conjunto de 67 documentos foi enviado da Gaia para o correio de dignitários governamentais, organismos de Estado com tutela das atividades agrícolas e extrativas, líderes de forças políticas e partidárias, autoridades civis locais e regionais (Silva, 2013, p. 217).

É nesta correspondência que podemos encontrar os traços mais expressivos da retórica ambiental. Os argumentos antimineiros são sustentados pela defesa dos recursos ecológicos que servem de base às práticas de agricultura de subsistência, apresentados como indissociáveis da paisagem e que urge, segundo os argumentos dos subscritores, preservar a todo o custo. Deste modo, a dragagem constituía, no discurso dos opositores à exploração mineira, a maior ameaça à integridade de um meio ambiente solidamente incorporado na memória social local e no qual muitas centenas de habitantes ainda estabeleciam relações de produção e de fruição quotidianas. O tipo de terrenos e localização próxima do povoado fazia deles espaço ideal para a policultura de géneros complementares da economia familiar e associada subsistência dos grupos domésticos ao longo de todo o ano.

Cinquenta anos antes, nos primeiros meses de 1924, as aldeias das margens do rio Mondego, no concelho da Guarda, viviam momentos de agitação, temendo a dragagem dos seus depósitos aluviais de estanho. Tal como sucederia cinquenta anos depois no conflito da Gaia, as preocupações das populações ribeirinhas do Mondego ganharam notoriedade pública através da imprensa regional. Logo em janeiro de 1924, o *Atualidade* e o *Combate*, jornais da Guarda, apresentaram a dragagem no vale do Mondego e na Corujeira como sendo uma ameaça à comunidade em notícias de primeira página em várias edições, contribuindo para animar o debate público em torno da questão. A opinião pública era mobilizada de forma clara contra os interesses da exploração mineira. *O*

Combate, um jornal com fortes ligações ao Partido Republicano Português (PRP), dramatizou a discussão, profetizando que, a continuar a exploração pela draga, a região arriscava-se perder a paz social para além da perda dos recursos agrícolas. Nesse mesmo mês, rezava o jornal, fora enviada uma petição massivamente subscrita pelas gentes da zona em risco de dragagem e por outros habitantes do concelho, com particular expressão na cidade da Guarda.

A partir das fontes consultadas (ver nota 4), não é possível estabelecer com clareza qual ou quais os consórcios mineiros envolvidos nos planos de dragagem do Mondego, não obstante algumas fontes apontarem para investidores britânicos, possivelmente a Mondego Tin Dredging Company, estabelecida no Reino Unido no início de 1920 (Silva, 2013). No entanto, existem mais dados em relação à composição do movimento antimineiro, apesar da inexistência de referências concretas aos promotores do protesto, sobretudo ao nível das camadas populares. Assim, podemos afirmar com segurança que é entre a elite republicana da cidade da Guarda que encontramos os focos de apoio mais expressivos do movimento, com três figuras do PRP local a assumirem um papel destacado na oposição à exploração mineira: José Augusto de Castro, maçom e diretor de *O Combate* (Garcia, 2011), Vasco Borges, deputado parlamentar eleito pela Guarda e proponente de legislação de proteção de solos agrícolas face à exploração mineira, Felizardo Saraiva, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Guarda, eleito parlamentar pela Guarda em 1926 (Silva, 2013).

De acordo com *O Combate*, a referida petição, enviada à presidência do Parlamento em janeiro de 1924, teve a sua influência em Lisboa e, no final desse mês, Vasco Borges apresentava uma proposta legislativa no parlamento para alterar o estatuto legal que conferia privilégios à atividade mineira sobre os interesses agrícolas. A natureza da proposta e o seu alcance potencial faziam desta iniciativa um avanço revolucionário na gestão do território e dos recursos naturais, contribuindo para reequilibrar as relações de poder entre os setores mineiro e agrário. Nos termos da proposta de Vasco Borges, não era "permitida a exploração de aluviões mineralizados por dragagem em terrenos cultivados e de hortas" (*O Combate*, 10-2-1924). Para além de sujeitar a possibilidade de extração mineira à avaliação da capacidade agrícola dos solos, a proposta de lei

impunha a concessão de compensações mais vantajosas para os proprietários agrícolas afetados pela mineração.

A proposta de lei de Vasco Borges não foi aprovada nos meses subsequentes à sua apresentação, não sendo claro o porquê de tal decisão. A instabilidade política e as constantes alterações na composição dos executivos governamentais e parlamentares podem explicar, em parte, este desfecho. Também não se deve menosprezar a influência dos *lobbies* mineiros. Sabemos que houve uma série de diligências desenvolvidas pelos acionistas e dirigentes da PATC, então a operar no vale da Gaia, junto de instâncias administrativas e políticas com o fito de condicionar a aprovação da proposta de lei (Silva, 2013). Esta intervenção encontra-se documentada na correspondência entre os acionistas da PATC nos Estados Unidos, onde se revelam os ecos de contactos aos mais altos níveis da administração norte-americana, dos governos britânico e português para ultrapassar os obstáculos à sua atuação⁴. Os motivos de preocupação da PATC eram justificados pois, caso a legislação proposta avançasse, estaria em risco a continuidade da exploração mineira no vale da Gaia, numa altura em que a empresa já tinha investido agressivamente no controlo das concessões mineiras locais (Silva, 2013, p. 122).

A proposta de lei de Vasco Borges não foi aprovada, nem o vale do Mondego viu chegar as dragas. Porém, o conflito não ficou resolvido. Em 1925, as preocupações das populações locais regressaram, desta vez, com a ameaça da dragagem a estender-se a outras zonas do concelho da Guarda, em especial na freguesia da Pega. Foi nestas condições que, em 1926, o ex-autarca da Guarda e recentemente eleito deputado parlamentar, Felizardo Saraiva, decidiu trazer de volta a proposta legislativa de Vasco Borges (*O Combate*, 22-3-1926; *Atualidade*, 11-11-1926). A proposta 642-D foi submetida a discussão a 22 de janeiro e, em abril, o seu promotor manifestava franco otimismo na sua aprovação, até que o golpe de 28 de maio acabou por minar definitivamente o futuro da proposta legislativa (*Atualidade*, 11-11-1926).

Contudo, o golpe de 28 de maio de 1926 e o regime ditatorial por ele estabelecido não impediram a continuação das iniciativas antimineiras na Guarda. A imprensa local continuou a vociferar contra as ameaças de dragagem que pesavam sobre a região, recordando o que então se vinha passando no

vizinho vale da Gaia, sujeito à devastação pela draga da PATC. Em julho de 1926, nas imediações da povoação de Pega, um grupo de residentes atacou prospectores mineiros britânicos enquanto efetuavam sondagens no local, destruindo-lhes o equipamento e provocando danos na integridade física. De acordo com o Comissário policial da Guarda, três súbditos britânicos apresentaram queixa, alegando terem sido "insultados, ameaçados de morte e agredidos com pancadas e pedradas pelos habitantes da freguesia de Pega [...] que tumultuosamente se reuniram depois de para isso terem tocado os sinos a rebate" (ADG, FGCG, cx. 558). Na sequência do tumulto, o corpo da Guarda Nacional Republicana (GNR) estacionado em Pega foi reforçado com mais unidades e recebeu ordens para capturar oito indivíduos, entre eles três mulheres. Nos dias seguintes, foram presas mais três pessoas. Duas semanas mais tarde, duas mulheres e dois homens foram libertados, tendo ficado a aguardar julgamento na prisão sete indivíduos (ADG, FGCG, cx. 558).

Para a imprensa regional, obstinadamente contrária à dragagem, os acontecimentos de Pega representavam os riscos de perda da estabilidade social na zona. Aos olhos das elites republicanas da Guarda, a reação do povo de Pega era o resultado expectável e legítimo de quem se via perante a ameaça de perda dos recursos que amparavam a sobrevivência. Se dúvidas houvesse de que a exploração mineira na região estava a afetar a paz social nos campos, a imprensa evocava a manifestação dos habitantes de Pega em frente ao Governo Civil da Guarda, em julho de 1926. Os acontecimentos desse mês revelavam que os habitantes da região não estavam dispostos a observar pacificamente a destruição dos seus terrenos agrícolas pelas dragas mineiras e que levantamentos populares como o de Pega poderiam multiplicar-se noutros locais. O Governador Civil levou a ameaça a sério e, em agosto de 1928, remeteu para o Ministério do Comércio e Comunicações um ofício em que declarava que a questão da dragagem na região se tornara num ponto altamente sensível e que a maioria da população não aceitaria que as suas terras fossem mineradas por esse meio (ADG, FGCG, correspondência expedida). Simultaneamente, o "povo de Pega" enviava uma petição ao mesmo destinatário, requerendo que o Governo adotasse uma posição de firme condenação de todos quantos pretendessem a destruição do solo nacional, referindo o exemplo da prática da PATC, na Gaia, acrescentando que, ao invés dos habitantes dessa aldeia, o povo de Pega não

ficaria de braços cruzados, estando disposto a "defender até à morte" o "torrão que é a fartura do seu lar" (*Atualidade*, 11-11-1926). Em 23 de dezembro de 1926, a Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos (DGMSG) apresentou os contestatários com uma resolução que proibia as companhias mineiras de recorrerem a dragagem para exploração de depósitos minerais aluviais, decisão que excluía o Couto Mineiro da Gaia, permitindo que a PATC mantivesse a sua atividade no local (ADG, FGCG, correspondência recebida, Ministério do Interior, 1926).

Repertórios e retóricas de protesto de feição ambiental nos conflitos antimineiros nas décadas de 1920 e 1970

Entre o conflito da Gaia durante os anos 1970 e o da Guarda, meio século antes, são evidentes comunalidades no que toca aos discursos e retórica antimineiros. Não existe informação que garanta a existência de um conhecimento acumulado nas ações de resistência ocorridas meio século depois. De facto, é muito pouco provável que os opositores da Gaia tenham lido jornais antigos ou terem tido outro tipo de contacto com os discursos emanados durante a luta contra a dragagem na década de 1920 no vale do Mondego. No entanto, análise de conteúdo que fizemos às nossas fontes documentais, comparando os estilos, tons, semântica e quadros argumentativos, revelaram uma grande semelhança entre os discursos em ambos os conflitos. Como explicar, assim, tamanha coincidência entre a retórica esgrimida por ambos os contendores e, nalguns casos, o uso de vocabulário tão semelhante?

Embora sejam razoavelmente explícitas as motivações de ambas as mobilizações de da resistência antimineira, o conflito da Gaia permite perscrutar melhor os atores sociais por detrás das mobilizações entre a correspondência subscrita (67 cartas e abaixo-assinados e três artigos de jornal entre 1974 e 1979). Por seu turno, as fontes sobre o conflito da década de 1920 no Mondego e em Pega, em particular a imprensa regional, oferecem uma visão fecunda do envolvimento político e da agência dos setores republicanos locais na contestação antimineira. Se, no conflito da Gaia, a base popular da contestação surge com particular distinção, identificando-se com rigor a galeria de atores locais e as relações entre si entretidas, já no conflito do Mondego, a agência popular acaba por assumir contornos vagos nas fontes, surgindo sempre como uma massa humana indistinta na cobertura jornalística⁵.

Seis grandes eixos de argumentação podem ser identificados nos conflitos de 1970 e 1920: (1) a alusão à fertilidade dos solos em risco de destruição pela dragagem e a presença de registos altamente descritivos sobre a abundância dos recursos agrários presentes; (2) a importância dos recursos agrícolas existentes para a subsistência da população local e o abastecimento das zonas urbanas; (3) o valor da propriedade enquanto património familiar e da comunidade; (4) a depredação ambiental causada pela exploração mineira; (5) a demonização da draga (como símbolo maior da depredação ambiental mineira); (6) a associação direta entre a dragagem e o risco de empobrecimento da região.

No que diz respeito ao primeiro eixo, a questão da disponibilidade de recursos agrários e a manutenção da paisagem pré-mineira constituem pontos-chave do argumentário que atribui grande relevância, sobretudo, à cobertura arbórea existente e às hortas de policultura. No conflito de 1970, os contestatários da Gaia não se cansavam de chamar a atenção para a importância das "árvores de frutos e videiras existentes" (carta de gaienses, 1975) naquela "parcela de terra arborizada" (carta de gaiense, 1975) com "gigantescas oliveiras seculares [...] e muitas outras árvores de deliciosa e variada fruta" (petição coletiva, 2-4-1975). De tais recursos,, afirmava um gaiense, "angariamos [lá] os géneros para a nossa subsistência" (carta de proprietário, 11-4-1975). As oliveiras representam um recurso particularmente valioso para os gaienses, sendo objeto de menção em mais de 20 documentos: "o estanho é preciso (...) mas o azeite produzido por uma árvore que considero eterna e sagrada não devia ser desvalorizado" (carta, proprietário, 1976); "uma terra cheia de gigantescas e valorosas oliveiras" (petição, 15-12-1976); "as oliveiras são essência da aldeia" (exposição de proprietário publicada no *Jornal do Fundão*, 24-11-1974). Apesar de não serem mencionados especificamente os olivais, no conflito de 1920 não foi ignorada a importância do coberto florestal: "encostas arborizadas tornam este um dos mais lindos, mais férteis e mais ricos vales de Portugal" (*O Combate*, 20-1-1924). Em ambos os casos, a estética da paisagem em conjunto com a apologia da base ecológica que sustentava a produção agrícola fortemente vocacionada para a subsistência eram temas recorrentes das petições e cartas. Na Gaia, os proprietários falavam dos seus terrenos como "o mimo do povo" (exposição de proprietário, 1974), "autêntico jardim" (carta de proprietário, 1978), "o vale mais rico da região" (carta de proprietário, 1974), "nossa terra amiga" (carta de

proprietária, 1975), "último canto de terra virgem" (petição, 1974). Igual registo havia sido usado, meio século atrás, no vale do Mondego, com a contestação antimineira a evocar as virtudes das "fecundas várzeas de riquíssimo humus" (*O Combate*, 20-1-1924) e das "varzeas verdejantes e lindas" (*O Combate*, 30-8-1925) daquela região.

Em relação ao segundo eixo de análise, a importância dos recursos agrários existentes (tanto para a subsistência dos locais como para o abastecimento dos pequenos mercados da região) era tema recorrente nos argumentos contra a dragagem. A manutenção da integridade dos recursos agrários constituía, assim, uma preocupação primordial, que os associava à subsistência e sobrevivência da população. Na Gaia, pelo menos 10 cartas e petições aludem a tal nesses termos. "É de onde vem o sustento da maior parte da população da Gaia" (carta de proprietário, 1974), "onde os meus conterrâneos vão grangear os géneros agrícolas para a nossa subsistência" (carta de residente da Gaia, 1974); "este terreno e estas árvores são necessários à existência humana" (carta de residente da Gaia, 11-12-1975) são apenas alguns exemplos da importância dada aos recursos agrários para a subsistência das pessoas, tal como se depreende da indagação deste gaiense: "se os (...) venderem [terrenos para dragagem], aonde é que vamos buscar o nosso sustento?" (carta de proprietário, 1974). E, quando os argumentos orbitam em torno da subsistência, as oliveiras e o seu produto de eleição, o azeite, assumem um papel decisivo: "oliveira que dá o azeite, árvore que considero sagrada" (carta de proprietária, 1976); "terrenos cheios de oliveiras que nos sustentam" (carta de habitante da Gaia, 1975). Pelo menos três cartas referem os terrenos à volta da aldeia da Gaia como a "nossa praça" (cartas de proprietários e residentes da Gaia, 1977, 1978), "um celeiro" (testemunho de gaiense a *O Diabo*, 1979). No caso da Guarda, *O Combate* desde cedo exaltou que o vale do Mondego era, nada mais nada menos, do que "a vida de muitas povoações e a vida da cidade da Guarda" (20-1-1924). Mais do que uma vez, o mesmo jornal pressionou as autoridades a tomarem providências no sentido de "evitar a miséria da Praça da Guarda, a fome do povo do Mondego e um sangrento conflito" (*O Combate*, 23-09-1926), exigência reiterada mais tarde pelo *Atualidade*, avisando que, caso as autoridades não acudissem à causa dos locais, a população atuaria em "defeza racional e espontânea do torrão que é a fartura do seu lar" (11-11-1926). Do mesmo modo, no conflito da Gaia

argumentava-se que, ao manter a atividade agrícola na província, também se beneficiava os centros urbanos: "se não cultivarmos as coisas nas aldeias, não aparecem nas cidades" (carta de residente da Gaia, 1978). Nalguns documentos, esta relação entre a conservação dos recursos agrários e o sustento da população surge de feição mais radical, como denota esta petição, subscrita por quatro gaienses: "[estas leiras são para a população da Gaia] os seus olhos, raízes, pão, razão de viver" (1976). Noutra petição, desta vez em 1924, os habitantes do vale do Mondego também manifestavam a vontade de não abandonarem o "torrão que nos é berço e túmulo" (*O Combate*, 20-1-1924), com a mesma fonte a exigir que se fizesse algo pela salvaguarda dos terrenos, afirmando que a sua "fertilidade e a sua riqueza são a razão única de existência das povoações que constituímos e a fonte quasi unica do abastecimento e da riqueza da cidade da Guarda".

Reportando ao terceiro eixo de análise, o valor estimativo da propriedade apresentado como herança familiar e património de toda a comunidade é mais explícito no discurso das cartas enviadas da Gaia. Como se pode constatar nestes excertos, alguns subscritores gaienses referiam-se aos terrenos em risco de serem dragados como "herança de meu filho" (carta de proprietário, 1974), um legado de "inestimável valor sentimental" (carta de proprietário, 25-10-1974). No caso do Mondego, os editores d'*O Combate* também se propuseram defender os "sagrados direitos que nos legaram os nossos maiores" (20-1-1924).

No quarto eixo, relativo aos receios de destruição ambiental, é onde se verificam mais semelhanças nos discursos dos conflitos em estudo. Em ambos os casos a argumentação teve por base não uma mera suspeita de que a dragagem poderia destruir o meio ambiente, mas um conjunto de factos muito precisos atinentes a situações vivenciadas no passado ou noutra local. No caso do conflito do Mondego, na década de 1920, os efeitos ambientais da dragagem que vinha sendo realizada na Gaia serviram para sustentar os argumentos contrários à mineração do vale. Do mesmo modo, nos anos de 1970, a contestação na Gaia recorreu à memória social local e ao seu registo de depredação ambiental passada às mãos da PATC para suportar a resistência aos planos da Dramin. Tanto na Gaia, como no Mondego, uma descrição muito semelhante era projetada, com a paisagem feita de pedras, rochas e areia a ressoar como denominador comum.

Recordando o sucedido décadas antes, os contestatários gaienses evocavam o legado ambiental das primeiras dragagens: "tudo o resto encontra-se reduzido a uma praia de areia seca" (carta de gaiense, 1975); "quilómetros e quilómetros só de areia" (carta de gaiense, 1974); "só deixarão pedras e areia" (carta de gaiense, 1974); "o vale transformou-se num imenso areal" (excerto de petição citado pelo Jornal do Fundão, 24-11-1974); "[a dragagem deixa] a terra feita em gogos e areia" (carta de proprietário, 1978); "a draga deixou areia onde havia humus" (testemunho de gaienses citado em *O Diabo*, 1979). Muitos mais exemplos poderiam ser citados, já que pelo menos 25 missivas mencionavam o impacto nocivo da dragagem para o meio ambiente. Apesar de a maioria destas referências reproduzirem recorrentemente a imagem dos amontoados de rochas e o lastro de areia deixados pela draga, alguns documentos apresentavam descrições mais completas da transformação ambiental resultante da dragagem, como se pode constatar neste exemplo: "[os terrenos ficam] reduzidos a pedras e areias [...], passados por uma máquina de lavar à procura de uns lingotes de estanho" (petição, 1979); "depois dos terrenos, respetivas margens e leito da ribeira serem explorados [...] ficámos com este triste cenário: o caudal rompe as margens da ribeira [...] açoreando com pedras [...] e areia terrenos de primeira qualidade para agricultural" (petição, 5-10-1979).

Na Guarda, a imprensa local afirmava que uma paisagem de pedras era no que estava prestes a se tornar o vale do Mondego, nos anos de 1920, acusando as "concessões [mineiras de fazerem] da Beira um barrocal imenso (*Atualidade*, 11-11-1926). Através da pena dos intelectuais republicanos dessa cidade, o discurso contra a dragagem escreveu-se com vigor, registando eloquentemente os riscos de depredação ambiental. Com os olhos no vale da Gaia, *O Combate* denunciava que, se a draga passasse pelas baixas do Mondego, dos terrenos aluviais não restaria mais do que "lençóis de areia e cascalho [...], desolação e aridez, morte. [...] Uma mortalha de areia e pedregulho" (*O Combate*, 16-8-1925). O mesmo jornal acusava a dragagem de reduzir "a cascalho e terra arienta improdutiva e desoladora" (30-8-1925) as baixas do Mondego, onde "nem um escalracho vegeta" (22-3-1926). Outro periódico da Guarda, igualmente alinhado com a causa antimineira, lembrava o vale da Gaia, onde uma "draga arranca há anos [...] as riquezas dos seus metais ao mesmo tempo que [o] torna estéril e areal maninho" (*Atualidade*, 29-7-1926). O mesmo jornal

foi mais longe na crítica à iniciativa mineira na região, tendo sempre como base o exemplo da Gaia, afirmando que o "vale outrora fértil [...] de riqueza incalculável [estava] [...] hoje transformado num extenso deserto de areia, [...] por décadas impróprios para cultivar" (11-11-1926), enfim, um "cataclismo geológico" (*O Combate*, 10-8-1925).

Se, no Mondego, os detratores da exploração mineira falavam de um cataclismo geológico iminente e já em curso no vizinho vale da Gaia, 50 anos mais tarde, nesta aldeia, um proprietário advertia para a possibilidade que se avizinhava de uma "autêntica destruição do meio ambiente" (carta, 9-10-1974). O sacrifício dos recursos agrários a favor da exploração de estanho era, assim, elevado à categoria de crime: "é um verdadeiro crime a destruição de oliveiras e outras árvores de fruto (carta de residente da Gaia, 1975); "destruir tão bonito jardim seria um verdadeiro crime (carta de proprietário, 1978). De igual modo, no Mondego, a dragagem não representava mais do que "um atentado monstruoso e infame. [...] Um crime de lesa pátria, [...] um crime nacional" (*O Combate*, 20-1-1924), uma "inacreditável monstruosidade criminosa" (*A Montanha*, 16-1-1925), "um monstruoso crime de destruição da propriedade" (*O Combate*, 27-10-1925). Efetivamente, a imprensa da Guarda (tal como o jornal portuense *A Montanha*) vociferava em coro contra todos os projetos de exploração mineira à superfície, caracterizando-os como iniciativas criminosas. Em pelo menos nove edições, *O Combate* e o *Atualidade* expressaram-se nesses termos e, tratando-se de um "crime", argumentavam os seus editores, a dragagem exigia dos poderes públicos disposições legislativas adequadas à salvaguarda do património agrário contra o assalto dos interesses mineiros e o poder das empresa extrativas.

Se a exploração mineira a céu-aberto era tida como crime e os consórcios mineiros, o seu executante, a draga era vista como a arma do delito e o símbolo absoluto da ação de depredação ambiental, assunto que nos traz ao quinto eixo de análise. Tanto na Gaia, como no vale do Mondego, a draga surgiu, de facto, como o agente material do caos e destruição iminentes (Silva, 2013, p. 456), configurando a *máquina* como reificação da agência transformadora industrial sobre o meio ambiente (Guimarães, 2013). Em 1924, *O Combate* incitava a população da Guarda e do vale do Mondego a olhar para o que se estava a passar a menos de 30 kms de distância, na Gaia:

Não pode ser! Não ha de ser! A DRAGA infernal que já destruiu o vale de Gonçalo [vale da ribeira da Gaia], que fez prados verdejantes e granjas fecundas abastecedoras de povoados, uma região morta, campos de areia e pedregulho que infundem tristeza e desolação não hade fazer o mesmo dos prados e granjas do Mondego (20-1-1924).

Um ano depois, o portuense *A Montanha*, insurgindo-se contra a legislação de minas existente, usava o exemplo da dragagem desenvolvida na Gaia para argumentar contra a falta de proteção do setor agrário:

Ha aí uma lei [...] ao abrigo da qual se realiza uma incrível monstruosidade. É a lei de minas. Segundo esta lei, uma creatura pode inutilisar, esterilisar, reduzir a pedregulho, a areia, onde não mais possa verdejar sequer um miserável escalracho, o terreno mais lindo, mais fertil, mais produtivo! Há leitor que duvide? Se há queira dar um salto ao concelho da Guarda, procurar o lindo e fertil vale de Gonçalo [vale da ribeira da Gaia]. Alguem lhe indicará esse vale, mas de balde os seus olhos procurarão a beleza e fertilidade, porque somente se lhes deparará pedregulho e areia. Sim, toda a beleza desapareceu. [...]. Tudo isso está morto sob o esbraseamento dum maquinismo a que dão o nome de draga! (A Montanha, 16-1-1925).

Em termos idênticos, *O Combate* anunciava a recusa em colaborar com o "esbraseamento de um maquinismo infernal", acrescentando que não existia futuro em "terra onde cai o fogo da draga maldita" (16-8-1925). Para *O Combate*, a dragagem constituía um ato de guerra, e a draga a arma de destruição maciça, qual "tank americano" que "tudo arraza e destrói" (30-8-1925), "roendo o ventre da terra que nos dá o pão" (*O Combate*, 10-2-1974).

Em 1974, na Gaia aludia-se à draga em termos semelhantes, com o *Jornal do Fundão* a acusar a máquina de ser "o seu inimigo [do povo] e a sua irremediável condenação" (24-11-1974). A mesma fonte descrevia a draga como a "máquina de arrasa", símbolo da exploração da riqueza local por agentes estrangeiros.

Quanto ao sexto eixo de análise - a associação direta entre a dragagem e o risco de empobrecimento da região - *O Combate* (20-1-1924), num dos primeiros artigos sobre o projeto de dragagem do vale do Mondego, expressava os receios de "aniquilamento da riqueza de uma região" que vivia na "angústia

da miséria e da fome". Na petição subscrita por habitantes das margens do Mondego, evocava-se o "exemplo que [...] nos oferece a draga montada [...] no vale do Zêzere [vale da ribeira da Gaia] [que] vai semeando [...] a miséria nos povos"(ibid.). A "miséria do povo" (*O Combate*, 16-8-1925) era, assim, atribuída à ação da draga – "máquina infernal" que reduz "uma região [...] a areia e cascalho e povoações à miséria".

Tal como no caso do conflito do Mondego, na década de 1970, na Gaia, a dragagem era apresentada como a mais grave ameaça ao bem-estar e mesmo à sobrevivência da comunidade, com a palavra *miséria* a repetir-se exaustivamente nas missivas dos populares: "deixam [Dramin] os pobres na miséria" (carta de proprietário, 1974); "não nos queremos ver reduzidos à miséria" (carta de proprietário, 1974) e "sofrer de fome" (carta de proprietário, 1974); "[com a exploração mineira] a aldeia dá o último passo para a miséria" (petição, 1975); "querem deixar o povo a morrer à fome" (carta de proprietário, 1974). Citando um habitante da Gaia, em 1974, o *Jornal do Fundão* advertia que, caso os pequenos proprietários cedessem os seus terrenos à exploração mineira, não receberiam mais do que "uns escudos para alimentarem a sua pobreza" (*Jornal do Fundão*, 24-11-1974) ou, como afirmava uma proprietária, a dragagem ia atirar a aldeia "para a miséria, abandono e fome" (carta, 1975).

Perpassando ambos os discursos, está a assunção de uma postura de humildade e a ideia de pobreza como marcas da identidade local. Esta noção é mais explicitada na retórica do conflito da Gaia, em que o sentido de humildade, intimamente relacionado com a apologia da agricultura de subsistência, alavancam a rejeição dos modelos de produção industrial preconizados pela exploração mineira e pela dragagem em particular. Na Gaia, "somos todos pobrezinhos" (carta de proprietário, 1974), "só temos a terra para viver" (carta de proprietário, 1974, diziam os opositores da dragagem, que não hesitavam em apresentar-se como "povo pequeno e humilde" (carta de proprietário, 1974), "povo muito pequenino" (carta de gaiense, 1974) feito de "humildes agricultores" (carta de proprietário, 1978).

A comparação podia ser mais extensa, bem para lá do espaço disponível nestas páginas; contudo, permite exprimir toda uma série de pontos de

partilha nos formatos e conteúdos que deram voz à resistência e protesto contra a exploração mineira nos concelhos limítrofes de Belmonte e da Guarda ao longo do século XX.

Considerações finais

A literatura sobre a produção, reprodução, criação e evolução dos repertórios de protesto no âmbito dos movimentos sociais tem-se multiplicado no último par de décadas, em especial na sequência das propostas de Tilly (1977); o mesmo pode ser dito quanto aos vocabulários de protesto e o seu papel na dinâmica da ação coletiva (Guha, 1990; Opp, 2009).

Da análise dos conflitos aqui desenvolvida, percebe-se que o recurso à comunicação com as autoridades através do envio de cartas particulares ou de petições coletivas tiveram lugar de destaque no repertório de protesto, sobretudo quando o momento político para tal foi oportuno. Além disso, percebe-se que o envio de missivas, a título pessoal ou em subscrição coletiva, se faz coordenadamente com a exposição mediática através da imprensa local. Esta atua como caixa de ressonância dos receios e reivindicações dos populares, amplificando os seus argumentos para lá dos limites dos municípios e, mesmo, da região. Este aspeto não deve ser menosprezado, se se tiver em linha de conta que se trata de coletivos com um baixo perfil de escolaridade e baixos níveis de literacia (Silva, 2013). Se, no caso da Gaia, o envio massivo de cartas e abaixo-assinados de certa forma granjeou maior autonomia aos contestatários, no Mondego, os jornais da cidade da Guarda foram decisivos para disseminar a mensagem e dar voz às populações em risco de serem afetadas pela exploração mineira.

A coincidência entre os vocabulários de protesto advém, particularmente, do facto de ambos os conflitos partilharem um conjunto de variáveis comuns: a mesma motivação, ou *grievance* (Klandermans, Weerd, Sabucedo e Costa, 2002), alimentava a discórdia popular; a existência de um engajamento entre a comunidade e o meio ambiente e recursos sob ameaça; a existência de informação ou conhecimento dos efeitos depredatórios daquele tipo de exploração mineira. Estes fatores, aliados à perceção de que a base ecológica que vinha sustentando os quotidianos e os sistemas de produção estava em risco, ajudam a explicar as razões de existirem reações muito semelhantes,

expressas em termos comuns, partilhando formulações semânticas análogas, nos termos do que (Peet & Watts, 1996) designaram por regional *discursive formations*, ou seja, "certain modes [...] and styles of expression [...] run through the discursive history of a region, appearing [...] and disappearing occasionally, only to reappear with greater intensity in new guises" (p. 16).

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho, o autor beneficiou de financiamento de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projeto nº 006971 (UID/SOC/04011)] e de Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013.

Notas

1 Tratou-se de proprietários minifundiários, com a exceção de um, absentista, funcionário público em Lisboa, todos residiam na aldeia e tinham mais de 50 anos de idade, sendo que, três deles, se sustentavam, além das suas pequenas explorações agrícolas para autoconsumo, da atividade comercial empreendida localmente (um tinha uma pequena oficina de reparação de bicicletas, outro produzia domesticamente enchidos que distribuía nos mercados locais).

2 Em 1975, o Banco Português do Atlântico assumiu a participação do investidor brasileiro e, fruto da nacionalização da banca, nesse mesmo ano, o Estado português tornou-se o maior investidor institucional na Dramin.

3 A recuperação dos solos deveu-se, em boa parte, à Dramin, que se comprometia a restituir os terrenos alugados em condições de produção agrícola sendo que esta empresa também tinha interesses no desenvolvimento das atividades agrícolas (Silva, 2013).

4 Os contactos chegam a Herbert Hoover, então Secretário de Estado do Comércio e futuro Presidente da República, que já fora acionista da PATC (Silva, 2013).

5 Para este conflito foram objeto de consultada 16 edições de jornais (dois de cobertura local, os já referidos O Combate e Atualidade e o jornal republicano publicado no Porto, A Montanha) e 10 documentos oficiais, sendo de destacar a citação de duas petições populares sobre a questão da dragagem do Mondego e em Pega em edições de O Combate e num ofício do Governo Civil da Guarda.

Referências bibliográficas

- CEREZALES, D. P. (2003), *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Ações Coletivas na Revolução Portuguesa*, Lisboa, ICS-Instituto de Ciências Sociais.
- DE WIND, J. (1987), *Peasants Become Miners - The Evolution of Industrial Mining Systems in Peru 1902-1974*, Nova York, Garland Publishing.
- EVANS, G., GOODMAN, J., & LANSBURY, N. (eds.), (2002), *Moving Mountains – Communities Confront Mining and Globalisation*, Londres, Zed Books.
- GARCIA, M. A. (2011), *Euforia Breve - Memórias da Primeira República na Guarda*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda.
- GEDICKS, A. (1993), *The New Resource Wars: Natives and Environmental Struggles Against Multinational Corporations*, Boston, South End Press.
- GUHA, R. (1990), *The Unquiet Woods – Ecological Change and Peasant Resistance in the Himalaya*, Berkeley, University of California Press.
- GUIMARÃES, P. E. (2001), *Indústria e Conflito no Meio Rural – os Mineiros Alentejanos (1858-1938)*, Lisboa, Colibri Editora.
- GUIMARÃES, P. E. (2013), "Conflitos ambientalistas nas minas portuguesas". In B. Monteiro & J. D. Pereira (eds.), *De Pé Sobre a Terra: Estudos Sobre a Indústria, Trabalho e Movimento Operário em Portugal*, pp. 135-177.
- KLANDERMANS, B., WEERD, M., SABUCEDO, J. M., & COSTA, M. (2002), "Injustice and adversarial frames in a supranational political context: farmer's protest in the Netherlands and Spain". In D. Della Porta, H. Kriesi, & D. Rucht (eds.), *Social Movements in a Globalized World*, Nova York, Palgrave Publishers, pp. 134-146.
- MACMILLAN, G. (1995), *No t The End of The Rainbow?, Gold, Land, and People in the Brazilian Amazon*, Nova York, Columbia University Press.
- OPP, K. D. (2009), *Theories of Political Protest - A multidisciplinary introduction, critique, and synthesis*, Londres, Routledge.
- PEET, R., & Watts, M. (1996), *Liberation Ecologies: environment, development and social movements*, Londres, Routledge.
- PELUSO, N., & Watts, M. (eds.). (2001), *Violent environments*, Ithaca, Cornell University Press.
- PÉREZ-CEBADA, J. D. P. (2014), *Tierra devastada: historia de la contaminación minera*, Madrid, Editorial Síntesis.
- REZOLA, M. I. (2008), *25 de abril: Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros.

- SILVA, P. G. (2013), *No Rasto da Draga - exploração mineira e protesto popular numa Aldeia da Beira Baixa (1912-1980)*, Castro Verde, 100 Luz Editora.
- SILVA, P. G. (2014), "Political opportunity and collective mobilization in post-revolutionary Portugal", *Workers of the World - International Journal on Strikes and Social Conflicts*, 1(5), pp. 210-224.
- TILLY, C. (1977), "From Mobilization to Revolution", CRSO Working Paper n. 156, Ann Arbor, University of Michigan
- VILAR, A. (1998), *O Volfrâmio de Arouca no Contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca.
- VITORINO, F. (2000), "Agricultura e mineração, uma coexistência difícil. As minas do Vale do Vouga e as comunidades do Vale do Rio Águeda, 1889-1924", *Gestão e Desenvolvimento*, n. 9, pp. 255–299.

Fontes

- ADG (Arquivo Distrital da Guarda), FGCG (Fundo do Governo Civil da Guarda), Correspondência interna expedida 1916-1918, Cx. 170 e Relatórios policiais – 1926-1974, Cx. 558.
- ACMG (Arquivo da Câmara Municipal da Guarda), Livro de Atas 1923-1927.
- ADG (Arquivo Distrital da Guarda), FGCG (Fundos do Governo Civil).
- AHP (Arquivo Histórico Parlamentar), Livros de Atas da Câmara dos Deputados, 1923-1926.
- BMEL (Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço), Hemeroteca: Arquivo de jornais antigos: *Atualidade* (10-04-1912, 30-04-1926, 22-07-1926, 29-07-1926, 23-09-1926, 11-11-1926); *O Combate* (13-07-1917, 17-04-1920, 15-05-1920, 20-08-1921, 20-01-1924, 10-02-1924, 23-03-1924, 15-06-1924, 16-08-1925, 30-08-1925, 11-10-1925, 27-10-1925, 29-11-1925, 22-03-1926, 09-04-1926, 21-11-1926, 18-03-1928).
- BMCMP (Biblioteca Municipal da Câmara Municipal do Porto) – Arquivo de jornais antigos – *A Montanha* (08-01-1925, 16-01-1925, 10-08-1925).